


# A DICOTOMIA ENTRE GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA NA BNCC (2018): UMA POSSÍVEL APROXIMAÇÃO A PARTIR DO CONCEITO DE SISTEMA GTP (GEOSSISTEMA, TERRITÓRIO E PAISAGEM)

THE DICHOTOMY BETWEEN PHYSICAL AND HUMAN GEOGRAPHY  
AT THE BNCC (2018): A POSSIBLE APPROXIMATION  
BASED ON THE CONCEPT OF GTP SYSTEM  
(GEOSYSTEM, TERRITORY AND LANDSCAPE)


LA DICOTOMÍA ENTRE GEOGRAFIA FÍSICA Y HUMANA EN LA BNCC  
(2018): UNA POSIBLE APROXIMACIÓN A PARTIR DEL CONCEPTO  
DE SISTEMA GTP (GEOSSISTEMA, TERRITORIO Y PAISAJE)

**Izabelle Cristina Gusmão da Silva<sup>1</sup>**

 0000-0001-5626-3270

[icd.silva.2016@aluno.unila.edu.br](mailto:icd.silva.2016@aluno.unila.edu.br)

**Marcia Aparecida Procópio da Silva Scheer<sup>2</sup>**

 0000-0001-7718-4002

[marcia.scheer@unila.edu.br](mailto:marcia.scheer@unila.edu.br)

Ano XXVII - Vol. XXVII - (3): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA  
**Geográfica**

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

[www.agbauru.org.br](http://www.agbauru.org.br)

1 Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel e licenciada em Geografia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5626-3270>. E-mail: [icd.silva.2016@aluno.unila.edu.br](mailto:icd.silva.2016@aluno.unila.edu.br).

2 Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. na área de Geografia. Professora do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7718-4002>. E-mail: [marcia.scheer@unila.edu.br](mailto:marcia.scheer@unila.edu.br).

Artigo recebido em abril de 2023 e aceito para publicação em julho de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC- 2018) e suas implicações para a disciplina de Geografia a partir das habilidades, competências, unidades temáticas e objetivos de conhecimento listados no documento para as turmas do Ensino Fundamental II. Especificamente, o artigo explora a relação entre a Geografia Física e a Geografia Humana, como essas duas vertentes são associadas e se contribuem para atingir os objetivos gerais da BNCC. Além disso, utilizando uma metodologia qualitativa e de revisão bibliográfica, busca-se apresentar o potencial do conceito de “Sistema GTP (Geossistema, Território e Paisagem)” na BNCC para a compreensão dos debates levantados em sala de aula. Dessa maneira, é possível verificar se a BNCC assume uma perspectiva integradora da Geografia ou se há uma dicotomia e separação entre as vertentes Física e Humana, o que poderia fragilizar o documento e perpetuar a fragmentação da ciência geográfica, que por sua vez prejudica a prática pedagógica dos professores e os impede de exercer plenamente seu papel como educadores. Concluiu-se, porém, que é preciso compreender as contradições, nuances e oposições colocadas pelo documento, que estabelece direitos e objetivos para o aprendizado e desenvolvimento da disciplina, mesmo apresentando um debate escasso de integração da Geografia Humana e Física.

**Palavras-chave:** Currículo escolar. Ensino Fundamental II. Educação. Integração.

**ABSTRACT:** This work aims to analyze the National Common Curricular Base (BNCC) (2018) and its implications for the discipline of Geography from the skills, competences, thematic units and knowledge objectives listed in the document for the classes of Elementary School II. Specifically, the article explores the relationship between Physical Geography and Human Geography, how these two aspects are associated and if they contribute to achieving the general objectives of the BNCC. In addition, using a qualitative methodology and bibliographical review, it seeks to present the potential of the concept of “GTP System (Geosystem, Territory and Landscape)” in the BNCC for understanding the debates raised in the classroom. In this way, it is possible to verify whether the BNCC assumes an integrating perspective of Geography or whether there is a dichotomy and separation between the Physical and Human aspects, which could weaken the document and perpetuate the fragmentation of geographic science, which in turn, undermines the teachers’ pedagogical practice and prevents them from fully exercising their role as educators. It was concluded, however, that it is necessary to understand the contradictions, nuances and oppositions posed by the document, which establishes rights and objectives for the learning and development of the discipline, even presenting a scarce debate on the integration of Human and Physical Geography.

**Keywords:** School Curriculum. Elementary School II. Education. Integration.

**RESUMEN:** Este trabajo tiene como objetivo analizar la Base Curricular Común Nacional (BNCC-2018) y sus implicaciones para la disciplina de Geografía a partir de las habilidades, competencias, unidades temáticas y objetivos de conocimiento

enumerados en el documento para clases en la Enseñanza Básica II. En concreto, el artículo explora la relación entre la geografía física y la humana, cómo se asocian estos dos aspectos y si contribuyen a la consecución de los objetivos generales de la BNCC. Además, utilizando una metodología cualitativa y una revisión bibliográfica, buscamos presentar el concepto potencial de “Sistema GTP (Geossistema, territorio y paisaje)” en el BNCC para la comprensión de los debates planteados en el aula. De esta forma, es posible verificar si la BNCC asume una perspectiva integradora de la geografía o si existe una dicotomía y separación entre lo físico y lo humano, lo que podría debilitar el documento y perpetuar la fragmentación de la ciencia geográfica, lo que a su vez perjudica el ejercicio de los docentes y les impide ejercer plenamente su función de educadores. Se concluyó, sin embargo, que es necesario comprender las contradicciones, matices y oposiciones que plantea el documento, que establece derechos y objetivos para el aprendizaje y desarrollo de la disciplina, aun cuando presenta un escaso debate sobre la integración de los derechos humanos y sociales de la geografía Humana y Física.

**Palabras clave:** Currículum escolar. Enseñanza Básica II. Educación. Integración.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de uma discussão sobre a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, buscando compreender como as competências da disciplina de Geografia do Fundamental II contribuem e correlacionam essas vertentes. Este trabalho também discutirá a possibilidade de utilização do conceito de Sistema GTP (Geossistema, Território e Paisagem) na BNCC. O objetivo central é perceber se existe uma perspectiva integrada da Geografia no documento citado ou se existe dicotomia e separação entre elas.

Para atingir esses objetivos, são utilizadas pesquisas bibliográficas e análise documental, que, segundo Marconi e Lakatos (2010), uma abordagem qualitativa pode proporcionar a compreensão do documento analisado, com foco em suas especificidades e características no que diz respeito a uma compreensão que parte de uma visão dos fenômenos, a fim de evidenciar as contradições e os movimentos envolvidos em tal processo.

Dessa forma, no primeiro e segundo tópico busca-se compreender a dinâmica de inserção da Geografia Física no currículo geral de base e como o currículo escolar da disciplina é fragilizado por sua perpetuação fragmentada. Por fim, no terceiro tópico, analisa-se como a teoria do Sistema GTP pode resolver a possibilidade de dicotomia na Geografia e superar as dificuldades no ensino dessa disciplina.

## **A GEOGRAFIA FRENTE À CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO ESCOLAR COMUM**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconizada e fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) é uma reforma educacional, uma política pública que propõe não apenas uma mudança no ensino e na aprendizagem dos alunos, mas também na atuação dos professores (SILVA, 2022) em sala de aula. Não se trata apenas de mudanças técnicas, mas de mudanças políticas, pois é uma proposta de reformulação da forma de pensar e ensinar, além de (re)interpretar o papel da educação e da escola.

O documento segue uma ordem lógica ao começar com objetos de conhecimento que abordam, primeiramente, as relações locais e terminando com relações globais. Do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, ele discute a relação do sujeito com seu lugar. A partir do 6º ano, discute os lugares onde vive o sujeito e o uso desigual do espaço; no 7º ano, discute a formação territorial do Brasil; no 8º ano, aborda os estudos sobre América e África, bem como a formação de seus estados nacionais; e, por fim, o 9º ano discute a dinâmica econômica e política da Europa, Ásia e Oceania (BRASIL, 2018).

A proposta de cinco unidades temáticas na BNCC é uma forma de organização e gestão dos objetos de conhecimento (conteúdo). As cinco unidades temáticas dos anos iniciais e finais são, portanto, as mesmas: o sujeito e seu lugar no mundo; conexões e escalas; o mundo do trabalho; formas de representação e pensamento espacial; e, por fim, natureza, meio ambiente e qualidade de vida (BRASIL, 2018). A base também elenca os termos território, lugar, região, natureza e paisagem como os conceitos mais importantes no desenvolvimento do ensino de Geografia, mas suas definições não são claras, nem o contexto em que são elaborados, além de afirmar que “espaço” é o conceito mais amplo e complexo sem sugerir sua definição.

Nesse sentido, segundo Crahay (2002), a escola, como instituição responsável pela educação formal, é compreendida como elemento de coesão social, pois impõe critérios comuns para a educação das pessoas em uma sociedade democrática. Tais parâmetros, “comuns” à população, são fruto de relações e lutas entre diversos atores dessa sociedade que têm expectativas em relação ao que a escola deve ensinar e às funções que essa instituição cumpre. Esses interesses conflitantes colocam em disputa o que deve fazer parte do currículo e a garantia da qualidade desses conteúdos, que de forma quase esperançosa, e que a escola “contribua para que as desigualdades de origem social não sejam impeditivas de um igual acesso dos sujeitos aos conhecimentos e saberes produzidos pela sociedade” (MICARELLO, 2016, p. 65).

A BNCC insere-se nesse contexto na medida em que o governo brasileiro busca criar um nível comum de conteúdo escolar por meio de políticas curriculares para alcançar metas igualitárias em termos de acesso e qualidade. No entanto, a base atende a interesses ocultos, claramente neoliberais, utilitários, mercantis e privados (MACEDO, 2014).

Por essas razões, a BNCC é produto de embates e de uma estratégia desigual e combinada do capital para adequar o sistema educacional brasileiro aos seus parâmetros de produção de ideias neoliberais (LIBÂNEO, 2012), justificando os interesses e intervenções

do setor privado na Educação pública. Giroto (2017) aponta que sem essa discussão sobre o currículo escolar, a seleção de conteúdos, saberes e práticas que os professores devem ensinar em sala de aula se tornarão meras mensagens vazias que, desarticuladas, reproduzirão conflitos e ideologias, pois “o currículo [...] é campo de lutas e disputas que envolvem concepções (políticas, filosóficas, ética, estética, etc.)” (GIROTO, 2017, p. 422).

Na mesma linha, é imperativo que a alegada neutralidade do documento seja exposta como uma falácia. Não existe um “currículo neutro”, embora tentem disfarçar. Currículo não é apenas um corpo neutro de conhecimento que de alguma forma aparece em livros didáticos e salas de aula em um determinado país, é parte de uma escolha feita por alguém que demonstra a visão de algum grupo sobre o que constitui conhecimento legítimo (APPLE, 2011). Falar do currículo significa, necessariamente, falar do processo escolar, ou seja, discutir o futuro esperado. Pensando nisso, temos concepções e projetos políticos polêmicos e contestados, pois a politização do documento se vê claramente na supervalorização de alguns campos, em contraste com a ausência absoluta de outros (MICELI, 2022).

Ao apresentar competências sem o conteúdo necessário, a BNCC cria um nó no contexto educacional brasileiro (CUNHA, 2018). Na implementação desse currículo comum, serão evidenciadas mais lacunas e ausências na formação inicial e continuada, o que se revelará uma condição de descompasso entre o que se espera do ensino e o que será efetivamente alcançado (MORAIS, 2011). Portanto, em um momento em que o currículo de Geografia está fragilizado, o próprio pensamento geográfico é fragilizado e precisa ser mobilizado, para manter o pensamento geográfico no espaço escolar e na formação de cidadãos críticos, reflexivos e pouco influenciados por interesses diversos do capital e elites dominantes, muitas vezes em desacordo com o conhecimento geográfico (BATISTA *et. al.*, 2019).

A Geografia não pode escapar a este debate, é preciso criar um corpo docente claro que compreenda o seu papel social e discuta o currículo escolar para encontrar respostas às inquietações e desafios cotidianos, porque o currículo é um campo de ação política, assim como as disciplinas são condições políticas, que valorizam e reafirmam sua relevância (ROCHA, 2012).

É com esse cenário que o próximo tópico pretende problematizar a organização das habilidades no campo da Geografia e a fragilidade decorrente dessa estrutura de competências, relegando a escanteio a importância dos conceitos de Geografia Física.

## **A GEOGRAFIA FÍSICA PRESENTE (OU AUSENTE?) NA BNCC**

As elucidações dos autores elencados acima foram breves e ainda assim, suficientes para ilustrar algumas das fragilidades e contradições da BNCC. A partir de agora podemos elencar algumas das questões que se destacam no texto central. A BNCC é um documento com forte viés conservador na medida em que preserva e perpetua o que já existia, exceto por ignorar a agenda progressista e demonstrar seu desdém pelas humanidades; é um documento “manual” com gráficos e tabelas apresentados sem nenhum contexto e sem explicar as teorias específicas das disciplinas ao longo do texto; é um documento normativo que diz o que deve ser feito, como deve ser feito e com que finalidade (MICELI, 2022).

E os capítulos dedicados ao ensino da geografia não são exceção. Propõe-se o chamado pensamento espacial, que é uma tentativa de dar uma cara inovadora ao documento, embora na prática isso não aconteça, já que a apresentação desta ideia é acompanhada por um descaso absurdo com outros temas fundamentais onde a Geografia pode trabalhar.

O conteúdo de Geografia Física, em especial, faz parte da BNCC como complemento de outros conteúdos da disciplina, ainda que a ligação entre sociedade e natureza permeie a maior parte das competências propostas. Termos como geomorfologia, climatologia, hidrogeografia, etc. raramente aparecem. Devido à ambiguidade da descrição desse conteúdo na base, o ensino de Geografia fica fragilizado e a orientação necessária para a aplicação desse conhecimento na realidade da educação básica torna-se outro desafio, pois nas competências estão várias descrições rasas sobre os principais conceitos da Geografia.

**Quadro 1.** Os objetos de conhecimento dos anos finais do Ensino Fundamental na BNCC relacionadas aos elementos físicos-naturais.

	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
<b>Objetos de conhecimento</b>	Relações entre os componentes físico-naturais;  Transformação das paisagens naturais e antrópicas;  Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras;  Biodiversidade e ciclo hidrológico;  Atividades humanas e dinâmica climática.	Biodiversidade brasileira.	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina.	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Nas habilidades que se referem a temas físico-ambientais e dinâmicas socioambientais, termos como “natureza” ou “meio ambiente” são recorrentemente utilizados para referir-se a processos relevantes para a discussão. No entanto, as competências que abordam as transformações das paisagens não apontam para nenhum aspecto ou conceito geográfico específico a trabalhar, deixando um vazio metodológico que permite, por um lado, seguir diferentes direções e explorar todas as possibilidades do assunto, mas não chama a atenção para as indicações mínimas do que precisa ser trabalhado nas problematizações propostas pela base curricular.

**Quadro 2.** Habilidades do 6º ano relacionadas aos elementos físicos-naturais.

<b>Habilidades do 6º ano</b>		
(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.	(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.	(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.
(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.	(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.	(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.
(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.	(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.	(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

As habilidades listadas no Quadro 2, referentes ao 6º ano, mostram possíveis tópicos que podem ser ensinados, como o ciclo da água, morfologia da bacia hidrográfica, gestão de recursos hídricos e a relação entre mudança da paisagem e distribuição do clima. Por outro lado, as competências que tratam de paisagem não indicam nenhum conceito mais específico que deva ser utilizado para análise. Há uma falta de indicação do que seria mais relevante para esta questão, permitindo muitos direcionamentos diferentes para esta única habilidade.

**Quadro 3.** Habilidades do 7º/8º/9º anos relacionadas aos elementos físicos-naturais.

<b>Habilidades do 7º ano</b>	<b>Habilidades do 8º ano</b>	<b>Habilidades do 9º ano</b>
(EF07GE11) Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária).	(EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes.	(EF09GE07) Analisar os componentes físico-naturais da Eurásia e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão na Europa e Ásia.
(EF07GE12) Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).	(EF08GE15) Analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aquífero Guarani, Bacias do rio da Prata, do Amazonas e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água.	(EF09GE16) Identificar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da Europa, da Ásia e da Oceania.
	(EF08GE23) Identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia.	(EF09GE17) Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

No Quadro 3 existem apenas duas habilidades de Geografia Física para o 7º ano. Uma é mais direta quando se refere à dinâmica física e natural do Brasil, e a outra é menos direta quando sugere uma comparação entre unidades de conservação. Essa falta de inclusão de conceitos de Geografia Física também se estende aos 8º e 9º anos.

Percebe-se, portanto, que das 68 competências distribuídas entre os quatro últimos anos do ensino fundamental, apenas 17 são voltadas para a discussão dos aspectos físicos e naturais, com maior concentração no 6º ano (9 delas). Isso significa que compilar essas habilidades relacionadas aos temas físico-ambientais revela a típica omissão do currículo baseado em competências e habilidades (CUNHA, 2018). A ideia de que sociedade e natureza são intrínsecas à análise geográfica aparece até na introdução à disciplina de Geografia, mas a BNCC não deixa claro o que é isso ao revelar as competências. Para que a análise alcance seu objetivo, esses conceitos precisam ser esclarecidos, pois as competências mencionam a relação entre sociedade e natureza, mas não indicam o rumo da discussão; isso se agrava na escassez de habilidades dedicadas para a discussão dos aspectos físico-naturais apresentadas posteriormente no documento.

No próximo tópico, esclarece-se como essa dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, também presente na BNCC, afeta o ensino da disciplina e quais as possíveis soluções para enfrentá-la e superá-la ainda utilizando a BNCC como documento normativo obrigatório.

## **UMA RESPOSTA PARA A DICOTOMIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

A dicotomia existente entre Geografia Humana e Geografia Física não é um movimento recente de fragmentação da ciência geográfica. Ao trabalhar com a relação entre sociedade e natureza, a Geografia alcançou a intersecção entre as ciências naturais e as humanidades, o que trouxe dificuldades ao discurso e à prática geográfica (ALVES; AVELAR, 2021). Historicamente, houve um desenvolvimento parcial onde a Geografia Humana trabalha com aspectos da sociedade, enquanto a Geografia Física lida com fenômenos relacionados à natureza (ALVES; AVELAR, 2021).

Em suma, a Geografia Humana estuda as diversas formas como a natureza é utilizada e apropriada pelo homem, resultando na produção do espaço geográfico e do território: quando ocorre esse uso e apropriação, conflitos e tensões sociais, culturais e econômicas afetam o funcionamento do espaço geográfico. Por outro lado, a Geografia Física inclui a dinâmica natural da Terra, com foco na dinâmica climática, relevo, hidrográfica, vegetacional, morfológica e geológica (SIRTOLI, 2017).

Portanto, sociedade e natureza são um par contido no espaço, interagem dialeticamente e criam o espaço geográfico. Porém, se a Geografia estuda a relação entre sociedade e natureza para explicar a realidade, seu tratamento fragmentado nega sua finalidade, sua essência (ALVES; AVELAR, 2021). Isso significa que seu objetivo deve ser a totalidade, com ambas as fontes como base; o abandono desse vínculo nega e contribui para a diminuição de sua utilidade social como ciência (ALVES; AVELAR, 2021).



Claro que é possível ressaltar a importância de cada ramo da Geografia, mas essa dicotomia deve ser superada, pois a fragmentação dessa ciência acarreta uma perda de compreensão da totalidade dos fenômenos; desde como o espaço e os recursos naturais são usados e ocupados até como seres humanos sofrem consequências físicas, psicológicas e econômicas por resistirem aos efeitos de fenômenos de dupla ordem: natural e social (SIRTOLI, 2017). Isso significa que manter a Geografia Física separada da Geografia Humana significa apagar as contribuições que ambas as abordagens podem fazer em conjunto para entender a relação entre sociedade e natureza.

Nesse contexto, Georges Bertrand, em várias de suas obras, problematiza a divisão da Geografia Física e Humana (SIRTOLI, 2017), considerando o conceito de paisagem como possibilidade de unificar as teorias geográficas. O autor aponta que a compreensão desse conceito seria necessária para que o estudo da paisagem não pudesse ser realizado em um referencial que não fosse o da Geografia Física Global (BERTRAND, 2004), já que segundo o autor, a dicotomia da Geografia é percebida como um problema epistemológico (BERTRAND, 2004).

Esse esforço de unificar essas perspectivas levou o autor, em 1990, a abrir caminho, propondo o sistema GTP (Geossistema, Território e Paisagem), que buscava essa aproximação necessária para a interpretação e análise da paisagem, que para ele tem características físicas e humanas, aspectos que não deveriam mais ser estudados separadamente (SIRTOLI, 2017).

O conceito de GTP é uma construção de sistema projetada para demonstrar a complexidade do espaço geográfico e respeitar sua diversidade e interatividade tanto quanto possível (NEVES; PASSOS, 2022) e merece destaque, pois apresenta um novo suporte para a análise e compreensão da paisagem (em sua estrutura e funcionamento) de maneira integrada e com dinamicidade (TORRES, 2003). Bertrand (2004) explica de forma bastante didática uma metodologia baseada nesses três conceitos espaço-temporais:

O primeiro termo apresentado na sigla GTP é o termo “geossistema”, que corresponde a fatores naturais que sofrem ou não influência do homem, são eles: aspectos geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, biogeográficos, pedológicos e também antrópicos reconhecido como “fonte” (BERTRAND, 2009).

O segundo é o conceito de “território”, que é produto da relação natureza- recurso e natureza-recurso, pois “[...] o tempo dos Recursos [...] corresponde à descoberta e uso dos diferentes recursos e de sua exploração econômica pelas sociedades” (BERTRAND, 2009, p. 325). Este é um conceito social com uma dimensão naturalista: baseado na apropriação e na delimitação, representa o espaço- tempo das sociedades, a exploração política, jurídica, administrativa e econômica. É um “recurso” em um curto e volátil tempo de mercado.

Por fim, o terceiro conceito é o de “paisagem”, que corresponde à integração de todos os elementos físicos e humanos que a compõem (BERTRAND, 2009), representa o espaço-tempo da cultura, arte, estética, simbolismo e misticismo. É uma fonte de longa data, identidade e “integração”.

Na paisagem acumulam-se elementos espaciais e temporais resultantes da apropriação humana, além das dinâmicas geomorfológicas, climáticas e biogeográficas, responsáveis

pela alteração da paisagem ao longo do tempo (SIRTOLI, 2017). As intervenções humanas são compreendidas como um sistema complexo composto por aspectos econômicos, políticos e sociais, demonstrando como a sociedade idealiza a paisagem por meio da transformação técnica do espaço, da natureza e do tempo (SIRTOLI, 2017). Como sugere Sirtoli (2017), a partir dessa contextualização é possível entender porque a paisagem é um conceito necessário para a interpretação geográfica da realidade, pois é a forma de contato entre as pessoas e a natureza que provoca a interpretação de tais mudanças.

Isso permite que os alunos façam as conexões necessárias sobre o uso e apropriação do espaço, sendo capazes de vincular aspectos sociais, culturais e econômicos como determinantes dentro da natureza percebida como fonte, recurso e integração que vão além do que é meramente “visto”, pelo que se pode dizer que:

[...] a paisagem emerge na análise geográfica carregada de simbolismo, sendo responsável pela constituição do imaginário social que atua na condução da ação dos atores sociais, ao mesmo tempo em que mediatiza a representação do território por estes mesmos atores. Neste sentido, a paisagem como categoria social é construída pelo imaginário coletivo, historicamente determinado, que lhe atribui uma determinada função social (VITTE, p. 72, 2007).

Então, se o Sistema GTP é realmente uma forma de superar essa fragmentação e a falta de diálogo que ainda existe entre a Geografia Física e a Humana, temos que olhar para a BNCC e buscar sua capacidade, nas entrelinhas, de reconhecer o conceito de paisagem a ser capaz de adicionar outros conceitos que a base negligencia.

A utilização do Sistema GTP é relevante para o estudo dos problemas ambientais e do problema dado (a indissociabilidade do homem e da natureza), pois procura a dimensão espacial da interação entre ambiente, desenvolvimento territorial e abordagem paisagística. Se outras abordagens de visão única foram enfatizadas na ciência antes que essa abordagem fosse proposta, então o GTP parece ser a resposta para a complexidade geográfica (NEVES; PASSOS, 2022).

Assim, como aponta Mateo (2008), uma visão sistemática e integrada do geossistema permite passar para um nível superior de complexidade, que na compreensão sobre a paisagem, é vista como uma marca que caracteriza uma determinada civilização e expressa uma certa relação entre a natureza e a sociedade. É claro que uma análise integrada, totalizadora e compreensiva da paisagem requer a clarificação dos diferentes tipos de domínios do espaço natural e concreto: natural, humano, social e cultural (MATEO, 2008). Portanto, para o autor, a análise do ambiente natural ou antropogênico é apenas o começo de uma compreensão global da relação entre Natureza e Sociedade, pois somente uma descrição abrangente e completa do mundo como um sistema de conceitos permite uma compreensão clara de toda essa complexidade (MATEO, 2008).

Esta abordagem analítica representa um avanço epistemológico, pois este sistema tripolar (geossistema-território-paisagem) permite a conceituação de “complexidade-

diversidade”, ou seja, permite compreender a realidade em um sentido mais amplo, estudar paisagens e territórios à escala global e apoiar a integração e valorização do espaço enquanto híbrido, que muitas vezes é um desafio para o estudo da Geografia (NEVES; PASSOS, 2022). Considerando que a ciência se desenvolve com a sociedade e a sociedade com a ciência, é possível adotar procedimentos metodológicos que conduzam a uma melhor compreensão da realidade, sobretudo para superar o reducionismo e buscar a compreensão do todo (NEVES; PASSOS, 2022).

Sabe-se que o reducionismo metodológico ainda é predominante nas ciências geográficas, por isso o GTP precisa ser abordado e divulgado no meio acadêmico para colher os frutos no ambiente escolar (NEVES; PASSOS, 2022). De fato, o estudo natural da natureza ou a mera descrição do espaço deve ser transcendido para que a Geografia responda às necessidades de um mundo complexo e diverso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme discutido, a proposta do Sistema GTP é essencial para criar uma melhor integração durante o ensino da Geografia, o que permite aos professores fazer as conexões necessárias entre todos os elementos do espaço geográfico, o que é de extrema importância para despertar o raciocínio geográfico nos alunos; despertar a compreensão e a capacidade de conectar aspectos da vida social, cultural, política e econômica com fatores do mundo natural (fonte), território (recurso) e paisagem (integração), em um esforço para superar a falsa separação entre natureza e sociedade.

Assim, novamente se reforça o argumento de que não há neutralidade no processo de construção de um currículo escolar, pois ele sempre atende mais ou menos aos objetivos e interesses de um grupo específico, geralmente a elite dominante. Sua função é confirmar uma ideia, seja ela positiva ou negativa, para o restante da população. Portanto, é preciso ressaltar que, como marco legal da educação no Brasil, a BNCC não deve se limitar a um conjunto de habilidades e competências obrigatórias sem ao menos especificar quais conceitos precisam ser desenvolvidos em sala de aula.

Algumas das diretrizes contidas na BNCC são contraditórias, o que se reflete no conteúdo apresentado sobre Geografia Física, onde a divisão/fragmentação leva à falta de discussão, reforça a dicotomia nociva e desnecessária que existe entre o Físico e o Humano, e ignora como eles se expressam e interagem. Isso significa que é necessário entender as contradições, nuances e antagonismos que tal processo do desenvolvimento curricular comum no Brasil implica. O documento estabelece direitos e objetivos para o ensino e desenvolvimento da Geografia, mas é um documento em que a Geografia Física carece de conteúdo, é desvalorizada e seus fundamentos teóricos são mal caracterizados.

Portanto, o método de integração dos elementos do espaço geográfico através da proposta do Sistema GTP de Bertrand para reflexão epistemológica e metodológica no campo da Geografia sem dicotomias é uma abordagem integrada que une Geografia Física e Humana, de fato valoriza o exercício do raciocínio geográfico e garante aos professores

a oportunidade de exercer sua função docente com o horizonte de que seus esforços em sala de aula se concretizem na realidade fora dos muros escolares.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, V. A. R.; AVELAR, G. A. Fragmentação do conhecimento e seus reflexos na Geografia: a dicotomia Geografia Física e Geografia Humana. **Espaço em Revista**, v. 23, n. 1, Goiânia, 2021.
- APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12° ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BATISTA, N. L. et. al. Formação de professores de geografia no Brasil: considerações sobre políticas de formação docente e currículo escolar. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v. 23, e. 13, 2019.
- BERTRAND, C.; BERTRAND, G. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Ed. Massoni, 2009.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. *R. R. RA'EGA*, n. 8, Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: MEC, 2018.
- CRAHAY, M. **Poderá a escola ser justa e eficaz?** Da igualdade de oportunidades à igualdade de conhecimentos. Tradução de Vasco Farinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- CUNHA, L. F. F. A Geografia Escolar e as Temáticas Físico-Naturais na BNCC: desafios à prática docente e à formação de professores. **Revista Eletrônica da Graduação/ PósGraduação em Educação - UFG**, v. 14, n. 2, 2018.
- GIROTTI, E. D. Dos PCNs à BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **GEOUERJ**, v. 1, Rio de Janeiro, 2017.
- MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, a. 12, v. 12, n. 03, São Paulo, 2014.
- MATEO RODRÍGUEZ, J. M. **Geografía de los paisajes**. Primera parte. Paisajes Naturales. Ciudad de La Habana: Editorial Universitaria, 2008.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7° ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MICARELLO, H. A. L. S. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. **EccoS – Revista Científica**, n. 41, São Paulo, 2016.
- MICELI, G. C. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): contradições, negligências e alternativas possíveis para o ensino de Geografia. **Geoinfá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 14, n. 1, Maringá, 2022.
- MORAIS, E. M. B. de. **O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia escolar**. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 2011.
- NEVES, C. E.; PASSOS, M. M. A Geografia Física integradora de Georges Bertrand: o Geossistema pelas vias da paisagem e do ambiente. **Revista da Anpege**, v. 18, n.º 36, 2022.

LIBÂNEO, J. C. “O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres”. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, São Paulo, 2012.

ROCHA, A. A. QUAL A REFERÊNCIA DA MATRIZ?: notas para ensaiar uma reflexão sobre a disciplina escolar e a Geografia no ENEM. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, I. C. G. Políticas Públicas de Currículo Escolar: as possibilidades da Educação Ambiental na BNCC. **Revista Orbis Latina**, v. 12, n. 2, Edição Especial: Dossiê do I Seminário Discente de Políticas Públicas e Desenvolvimento (SDPPD), Foz do Iguaçu, 2022.

SILVA, I. C. G. **A Dicotomia entre Geografia Física e Humana na BNCC**: os impactos para a formação contínua docente. Trabalho de Conclusão de Curso, UNILA. Foz do Iguaçu, 2022.

SIRTOLI, E. A. **Ensino de Geografia e Paisagem**: uma proposta a partir da perspectiva de Georges Bertrand. Trabalho de Conclusão de Curso, UFFS. Erechim, 2017.

TORRES, E. C. **As Transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem nas microbacias dos ribeirões Santo Antônio-SP, São Francisco-PR e Três Lagoas-MS**. Tese de Doutorado, UNESP. Presidente Prudente, 2003.

VITTE, A. C. O Desenvolvimento do Conceito de Paisagem e a sua Inserção na Geografia Física. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, a. 6, n. 11, Fortaleza, 2007.